

A práxis freiriana *e os princípios educacionais do MST*

The freirean praxis
and the educational principles of MST

La praxis freiriana
y los principios educativos del MST

JÚLIO EMÍLIO DINIZ-PEREIRA*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, Brasil.

RESUMO: O propósito deste artigo é estabelecer um diálogo entre conceitos da práxis freiriana e os princípios educacionais do Movimento Sem Terra (MST), definidos entre 1995 e 2005. O MST levou muito a sério a sugestão de Freire de que as pessoas deveriam reinventar suas ideias em vez de simplesmente segui-las. Esse movimento social se constituiu como sujeito pedagógico e isto permitiu ao MST um processo de releitura dos conceitos-chave de Paulo Freire. Este artigo procura mostrar que essa reinvenção do pensamento de Freire foi realmente possível, no Brasil, por meio das lutas do MST por justiça social.

Palavras-chave: Paulo Freire. Práxis freiriana. MST. Princípios educacionais.

ABSTRACT: This article's main purpose is to establish a dialogue between the Freirean praxis and the educational principles of the Landless Workers' Movement (MST), defined among the years 1995 and 2005. The MST has taken by heart Freire's suggestion that people should reinvent his ideas instead of simply following them. This social movement has established itself as a pedagogical subject and this has allowed the MST to go through a rereading process of Paulo Freire's main concepts. This article seeks to expose that this reinvention of

* É doutor em Educação pela University of Wisconsin-Madison. Atualmente é professor da Universidade Federal de Minas Gerais. É membro-fundador do Núcleo de Pesquisas sobre a Profissão Docente (PRODOC) e do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos: Formação e Pesquisa (NEJA). E-mail: <juliodiniz@ufmg.br>.

Freire's thoughts has actually been possible, in Brazil, through MST's acts for social justice.

Keywords: Paulo Freire. Freirean praxis. MST. Educational principles.

RESUMEN: El propósito de este artículo es establecer un diálogo entre los conceptos de la praxis freiriana y los principios educativos del Movimiento de los Sin Tierra (MST), definidos entre 1995 y 2005. El MST tomó muy en serio la sugerencia de Freire de que la gente debería reinventar sus ideas en lugar de simplemente seguirlas. Este movimiento social se constituyó como sujeto pedagógico y esto permitió al MST realizar un proceso de relectura de los conceptos clave de Paulo Freire. Este artículo busca mostrar que esta reinención del pensamiento de Freire fue realmente posible, en Brasil, a través de las luchas del MST por justicia social.

Palabras clave: Paulo Freire. La praxis freiriana. MST. Principios educativos.

Introdução

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a *Retratos da Escola* pela organização deste dossiê sobre Paulo Freire e agradecer o convite que me foi feito para participar desta coletânea de artigos sobre o Patrono da Educação Brasileira. Eu sou leitor assíduo desta revista da Escola de Formação (Esforce) da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), porém, ainda não havia tido a oportunidade de publicar um texto neste periódico. Muito obrigado, então, por essa oportunidade, justamente em um dossiê que homenageia o nosso Patrono da Educação e reconhece o legado da obra dele para a educação brasileira e mundial.

É preciso enfatizar que a publicação deste dossiê não poderia ser mais oportuna, neste momento, por uma dupla razão: infelizmente, em razão do lamentável contexto político que vivemos atualmente em nosso país e, felizmente, em razão da proximidade do centenário de nascimento de Paulo Freire que comemoraremos em 2021.

Como sabemos, Freire vem sendo injustamente atacado por extremistas de direita que o elegeram como o principal alvo na área da educação. Isto vem acontecendo desde que a extrema direita chegou ao poder no Brasil por meio ilícitos e criminosos – o uso indiscriminado de notícias falsas (*fake news*) – e após a ação orquestrada de juízes e desembargadores que, de uma maneira injusta e antiética, impugnaram a candidatura daquele que todas as pesquisas de opinião apontavam como vencedor das eleições presidenciais

de 2018. O resultado dessas eleições representa, então, a consolidação do golpe político, parlamentar, jurídico, midiático e sexista iniciado em maio de 2016 que afastou a presidenta soberanamente eleita pelo povo brasileiro, Dilma Rousseff, e interrompeu, mais uma vez em nossa história, um novo período de tentativa de construção de uma experiência verdadeiramente democrática no Brasil¹.

Esse ataque injusto e covarde a Paulo Freire certamente tem sido motivado por aquele que foi declarado vencedor nas eleições presidenciais de 2018, que colocou em seu programa de (des)governo, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”², uma proposta para a área de educação para “expurgar” a “ideologia Paulo Freire” (sic) das escolas e das instituições brasileiras de formação de professores. Ainda segundo o discurso desse programa de (des)governo, “Um dos maiores males atuais [da educação brasileira] é a forte doutrinação” (sic).

Em 2011, quando eu estava nos Estados Unidos para ministrar o curso *Paulo Freire and Education for Social Justice*, testemunhei quando o livro *Pedagogia do Oprimido* foi banido das escolas públicas de Tucson, no Arizona. O livro foi considerado “doutrinador” pelo secretário de educação daquele estado que afirmou que a obra era inspirada no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Houve uma repercussão negativa nos EUA em razão dessa decisão e, na verdade, ela contribuiu apenas para tornar Freire ainda mais popular no país vizinho do Norte. Eu nunca imaginei que um dia testemunharia uma tentativa semelhante a essa em nosso país – a tentativa descabida de “expurgar” (sic) Freire das escolas brasileiras. Tristes tempos.

Porém, tudo isso serve apenas para, mais uma vez, reafirmar a importância deste dossiê e a necessidade de reconhecermos, por meio dele, o legado da obra de Paulo Freire para a educação brasileira e mundial. A minha singela contribuição para este dossiê é estabelecer um diálogo autêntico³ entre alguns conceitos da práxis freiriana e os princípios educacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) definidos e utilizados entre 1995 e 2005⁴.

O MST, um dos maiores e mais importantes movimentos sociais da América Latina, foi considerado um dos movimentos populares mais bem-sucedidos do mundo entre a segunda metade da década de 1980 e o início dos anos 2000. Em seus trinta e seis anos de existência⁵, o MST luta por reforma agrária e por justiça econômica e social no Brasil, e alcançou resultados impressionantes, durante aquele período. O Movimento é formado por pessoas pertencentes a alguns dos segmentos mais pobres da sociedade brasileira. Ele mobiliza o que Bales (1999), no contexto atual do capitalismo global, chamou de “pessoas descartáveis”. Os Sem Terra são camponeses cujas terras foram expropriadas; são trabalhadores rurais e pessoas desempregadas que lutam para se reintegrar aos mercados de trabalho e às arenas sociais das quais foram expulsos. Além disso, como resultado de um processo desigual de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, essas pessoas foram excluídas de outros direitos básicos de cidadania.

O povo Sem Terra no Brasil luta não apenas pela terra, mas por todas as condições básicas da existência humana. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem três objetivos principais: 1) redistribuir a terra para quem nela trabalha; 2) atingir a reforma agrária – algo que o Movimento considera muito mais amplo e mais complexo do que a simples redistribuição de terras, pois deve implicar a garantia de todo um escopo de direitos sociais que definem a cidadania plena; 3) construir uma sociedade socialista democrática.

Dessa maneira, uma das lições que o MST aprendeu por meio da sua própria história é que não basta lutar apenas pela terra. A educação é também uma dimensão muito importante das lutas do Movimento.

O MST levou muito a sério a sugestão de Paulo Freire de que as pessoas deveriam “reinventar” suas ideias, em vez de simplesmente segui-las ou tentar “aplicá-las”. Como mencionado anteriormente, este artigo é uma tentativa de estabelecer um diálogo autêntico entre alguns conceitos da práxis freiriana e os princípios educacionais do MST definidos e utilizados pelo Movimento entre 1995 e 2005.

Como discutiremos mais adiante neste texto, esse movimento social constituiu-se em um *sujeito pedagógico* e, por via de consequência, permitiu um processo de releitura dos conceitos-chave de Freire, não apenas reafirmando alguns desses conceitos, como, por exemplo, o de humanização/desumanização, práxis e diálogo/ antidualogicidade, mas também indo além de algumas ideias-chave na obra freiriana, como, por exemplo, a de conscientização, libertação e processo revolucionário.

Paulo Freire e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil

O pensamento de Paulo Freire influenciou fortemente a pedagogia do Movimento Sem Terra. É inegável que o legado da obra de Freire fez (e ainda faz) parte do trabalho educacional desenvolvido pelo MST. No entanto, o Movimento, quando da definição de seu projeto educacional, não seguiu uma única pedagogia ou uma teoria educacional desenvolvida por um pensador específico. O MST constituiu-se como um sujeito pedagógico que incorporou várias pedagogias e vários elementos de muitas correntes educacionais, adaptando-os e modificando-os de acordo com as necessidades das pessoas “sem-terra” em cada assentamento e acampamento do País.

Freire não é, então, o único educador cujas ideias tiveram impacto na pedagogia do MST. Os conceitos de “escola unitária” e “educação omni-lateral”, por exemplo, também presentes no projeto educacional do Movimento Sem Terra, demonstram as influências de pensadores como Karl Marx, Frederick Engels e Antonio Gramsci nessa proposta pedagógica (ver MENEZES NETO, 2003). Anton Markarenko e outros pensadores da “pedagogia socialista”, como José Martí, Nadezhda Krupskaya e Lazar Pistrak também influenciaram a pedagogia do MST (CALDART, 1997; 2000; BELTRAME, 2000; HARNECKER, 2002).

Um aspecto crucial do projeto educacional do MST desenvolvido entre 1995 e 2005 era que os Sem Terra deveriam se tornar sujeitos de sua própria pedagogia. O processo de transformar as pessoas “sem-terra” em educadoras/es⁶ que refletem sobre sua própria educação ocorre por meio de uma relação permanente entre teoria e prática – ou seja, por meio de uma “pedagogia da práxis”. Paulo Freire definiu práxis como “reflexão e ação dos homens (sic)⁷ sobre o mundo para transformá-lo” (1987: 38). Freire (1987: 70) argumentou que

se homens (sic) são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação.

Assim como Freire, o Movimento também acredita que qualquer método de aprendizagem deve ir da prática à teoria e voltar à prática. Segundo Caldart (2000), a “escola do MST” utilizou metodologias da educação popular, especialmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), baseadas no lema “ver, julgar e agir”, a fim de fomentar a reflexão sobre as práticas pedagógicas no Movimento. Essa “escola” também constituiu-se como consequência direta do fato de os Sem Terra fazerem parte de um movimento social progressista que luta por justiça social. Assim, os Sem Terra não são apenas sujeitos de uma experiência educacional qualquer; eles são constantemente desafiados a se tornarem sujeitos de reflexão teórica sobre a pedagogia que vivem em seu cotidiano.

Como resultado de uma certa crise da educação popular no Brasil, em que palavras e expressões como “conscientização”, “ensino a partir da realidade do aluno” e “relação prática-teoria-prática” atingiram seus limites em termos da orientação de processos pedagógicos e suas práticas, as/os educadoras/es do MST se concentraram em sua própria experiência para desenvolver a chamada “pedagogia do movimento” (CALDART, 1997; 2000).

O MST criticou as pedagogias mais tradicionais, nas quais, segundo Caldart (2000: 214), “a educação é vista como sinônimo de socialização passiva, de integração à sociedade, de aprendizado da obediência ou até do conformismo social e individual”, e as pedagogias que dizem participar de processos de transformação social, porém, o fazem apenas por meio da produção de discursos sobre justiça social, ou aquilo que Roseli Caldart chamou de “pedagogia da palavra”, na qual “a educação é vista como *preparação* ou *conscientização* para a luta” (CALDART, 2000: 214; grifos da autora). Nessas duas visões, ela afirma, “resta pouco lugar para a educação como um processo produzido pela luta mesma” (*idem*: 214).

A pedagogia do MST, intimamente ligada a uma ética coletiva de trabalho e à construção de valores humanistas e socialistas, se desenvolveu desde a segunda metade da década de 1980, quando os comitês de educação do Movimento começaram a discutir princípios educacionais com as comunidades Sem Terra.

Os princípios educacionais do MST

Os princípios educacionais do MST foram estabelecidos coletivamente por meio do que o Movimento chamou de “método de princípios”. O principal objetivo desse método foi “transformar todo o acúmulo das experiências e das discussões já realizadas em princípios organizativos e pedagógicos que pudessem orientar (sem normatizar) o trabalho de educação em todos os acampamentos e assentamentos do país” (CALDART, 2000: 166). É importante destacar que é difícil separar esses princípios entre si, pois eles são sobrepostos e interdependentes.

O movimento como educador

O principal princípio educacional da pedagogia do MST, entre 1995 e 2005, foi conceber todo o movimento social como um movimento educativo. Freire (1985) destacou o papel político que os movimentos sociais progressistas desempenharam para ampliar os conceitos que ele havia desenvolvido em sua obra e para desenvolver uma nova “linguagem de libertação”. Ele explicou que os movimentos sociais progressistas constituem a própria linguagem das pessoas oprimidas como momentos e movimentos de libertação. Porém, Freire alertou que os movimentos sociais progressistas não deveriam se contentar apenas com a libertação pessoal e individual daqueles que deles participam. Ele sugeriu que um ato de poder essencial para colocar em prática um novo ato de libertação “deve ser reinventado, ou seja, recriado para funcionar no novo espírito desses movimentos” (FREIRE, 1985: 194; tradução livre⁸).

O MST educa as pessoas que dele participam e essa participação no Movimento, por sua vez, gera os princípios educacionais que norteiam as ações políticas dessas pessoas. Além disso, o Movimento atua intencionalmente no processo de construção das identidades de seus participantes, ou seja, ele construiu historicamente o sujeito social denominado “Sem Terra” (ver CALDART, 2000; DINIZ-PEREIRA, 2013).

Assim, graças à participação das pessoas “sem-terra” nas lutas do Movimento, o MST foi capaz de criar uma nova identidade política e cultural entre seus membros: a de Sem Terra. Por exemplo, as experiências que os Sem Terra têm, como integrantes do Movimento, ensinam a eles o que significa a verdadeira democracia participativa; suas experiências ensinam que tudo é alcançado por meio da luta e que essa luta educa.

Caldart (2000) usou o termo “pedagogia da luta social” para se referir a esse processo pelo qual as pessoas constroem uma nova identidade política e cultural por meio da contestação social e a própria convicção de que tudo pode, de fato, ser diferente. Como afirmou a autora, “manter os sem-terra em estado de luta permanente é uma das estratégias pedagógicas mais contundentes produzidas pelo Movimento” (CALDART, 2000: 209).

O trabalho de Paulo Freire também enfatizou “a matriz ontológica da luta”. Nas palavras do autor, “tendo-se tornado historicamente o *ser mais*, a vocação ontológica de mulheres e homens será a *democrática* a forma de luta ou de busca mais adequada à realização da vocação humana do *ser mais*” (FREIRE, 1994: 160; grifos do autor).

Embora a luta específica pela escolarização dos Sem Terra seja essencial para o Movimento, a educação que o MST deseja e precisa não ocorre apenas na escola. Esse é um processo mais amplo para o qual a própria dinâmica do Movimento é um ambiente de aprendizagem.

Educação para transformação social⁹

Como mencionado acima, o MST educa os Sem Terra, envolvendo-os em um estado de luta permanente. A educação no MST envolve um processo pedagógico declaradamente político, no sentido de que está organicamente vinculado a processos sociais que visam transformar a sociedade existente e criar uma nova ordem social cujos principais pilares são a justiça social, a democracia radical¹⁰ e os valores humanistas e socialistas.

Esses valores humanistas e socialistas que a educação do MST tenta cultivar entre os Sem Terra vão ao encontro da concepção de educação de Paulo Freire como “prática da liberdade”. Freire (1967: 42) argumentou que “É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita – e isso é o mais doloroso – em nome de sua própria libertação”. Assim, para Freire, a transformação objetiva da realidade dos oprimidos é uma demanda radical para a libertação dos mesmos.

Assim, a ideia principal deste princípio educacional é que os participantes do MST se tornem agentes de transformação social. Os Sem Terra, que são os protagonistas de sua própria aprendizagem, educam-se nesse processo – repleto de tensão e de conflito – por meio da transformação das estruturas socioeconômicas e culturais existentes. Eles são capazes de aprender que o mundo está aí para ser construído e que a realidade pode e deve ser transformada.

Educação para o trabalho e a organização coletiva

Os Sem Terra são capazes de aprender e de produzir conhecimentos por meio de seu trabalho e de suas lutas coletivas. O Movimento acredita que educar é criar condições que permitam às pessoas teorizar suas práticas diárias de trabalho, suas relações sociais e refletir sobre o que significa viver em comunidade.

Freire (1994) também enfatizou a importância do conhecimento gerado por classes sociais subjugadas e exploradas e que recebem pouca ou nenhuma relevância por parte das elites. Ele argumentou que as classes populares dominadas geram saberes e cultura – a cultura dos oprimidos –, isto é, elas “experimentam entre si níveis diferentes de

exploração e de consciência da própria exploração. Saberes que, em última análise, são expressões de sua resistência” (FREIRE, 1994: 16).

O MST tinha, no período aqui estudado, uma visão bastante pragmática do conhecimento. Seguindo a expressão de José Martí, “conhecer é resolver”, o Movimento acreditava que o verdadeiro conhecimento se produz a partir de situações concretas para resolver problemas da vida real. O processo de produção de conhecimento que ajudava efetivamente o desenvolvimento dos Sem Terra vinculava-se aos grandes e aos pequenos problemas de suas vidas. Assim, o MST entendia, entre 1995 e 2005, o conhecimento como a compreensão da realidade para transformá-la e como condição humana para torná-la mais completa.

No entanto, os indivíduos não aprendem sobre como ser agentes de transformação social agindo sozinhos. Eles não são capazes de avançar em sua condição de agentes de transformação social sem vínculos fortes com as lutas coletivas. Educar é, portanto, ajudar as pessoas a “enraizarem-se” em fortes coletividades – o que Caldart (2000) chamou de “pedagogia da organização coletiva”. Os Sem Terra aprendem que o MST, como coletividade, é o sujeito maior engajado na luta pela terra e, como mencionado acima, seu educador coletivo. “Numa coletividade verdadeira, todos são, em seu tempo, educadores e educandos, porque todos fazem parte do processo de aprender e reaprender a ser humano” (CALDART, 2003^a: 57).

Mesmo sabendo que esta era uma tarefa difícil, o Movimento também tinha como propósito, entre 1995 e 2005, educar seus participantes para a cooperação. Para fazer isso, o MST percebeu que um processo educacional longo e intencional, que deveria incluir experiências e práticas cooperativas, era essencial.

Assim, a referência mais importante para o Movimento é o coletivo e não o individual. Essa ideia está ligada à visão pragmática de conhecimento do MST e a suas lutas por uma democracia radical e participativa. Como Caldart (2000: 220) afirmou, “a coletividade como referência pedagógica presta atenção às ações e não aos discursos sobre elas”.

Educação para valores humanistas e socialistas

Este princípio pretendeu cultivar, assimilar e recuperar valores humanos como solidariedade, igualdade e democracia entre as pessoas. Valores, que são uma dimensão fundamental da cultura, são princípios que as pessoas consideram centrais em suas vidas. Esses valores, que o Movimento deseja cultivar em seus participantes, insistem na necessidade de viver em prol da liberdade e da justiça.

Caldart (2003a) nos lembra que as pessoas não nascem com esses valores. Segundo a autora, eles são aprendidos e cultivados por meio de processos educacionais coletivos. Assim, este princípio está fortemente ligado ao anterior, pois, o trabalho coletivo se baseia na cooperação, na solidariedade e na autonomia. Ele é incompatível com valores como o

individualismo, a competição e a submissão, comuns em uma sociedade que se degenera cada vez mais como resultado desses “contra-valores” e que previsivelmente desvaloriza aqueles que participam de lutas sociais que oferecem alternativas a ela.

Educação para as várias dimensões de um ser humano

Este princípio baseia-se no conceito marxista de desenvolvimento omnilateral de um ser humano. Para o MST, “educação omnilateral” significa uma educação capaz de trabalhar e reintegrar as diferentes esferas da vida humana. Para os Sem Terra, “omnilateral” é o oposto de “unilateral” que se preocupa apenas com algumas dimensões do indivíduo ou apenas com uma dessas dimensões de cada vez. O Movimento definiu a “educação omnilateral” como um processo para o desenvolvimento do ser humano como um todo. Assim, a educação deve ter um objetivo político de humanização em seu sentido mais completo.

Nesse sentido, com base na afirmação de Marx e Engels (1989: 36) de que “as circunstâncias fazem o homem tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”, o MST enfatiza a importância de uma reflexão mais total sobre a educação. Por um lado, deve-se pensar em educação prestando especial atenção sobre os elementos materiais do desenvolvimento humano. Por outro, deve-se refletir também sobre o processo de produção dos seres humanos como sujeitos.

O Movimento acredita profundamente nos seres humanos e em sua capacidade de serem educados e transformados. E, como mencionado acima, o MST é um espaço social para a transformação das pessoas e um espaço no qual as pessoas excluídas se tornam cidadãos por meio de suas lutas coletivas.

A educação como processo permanente de desenvolvimento e de transformação

Este princípio enfatiza a crença na capacidade do ser humano de se transformar e de se educar permanentemente. Ele enfatiza a educação como um processo.

Como mencionado no início deste artigo, o MST mobiliza pessoas que estão realmente à margem da sociedade. De fato, essas pessoas sobrevivem em uma região de fronteira entre a humanização e a desumanização. Freire (1987: 31) afirmou que

é como homens (sic) que os oprimidos têm de lutar e não como “coisas”. É precisamente porque reduzidos a quase “coisas”, na relação de opressão que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase “coisas”. Não podem comparecer à luta como quase “coisas”, para depois ser homens (sic). É radical esta exigência.

Então, como Freire (1985: 113; tradução livre) esclareceu, enquanto “a desumanização é uma expressão concreta de alienação e de dominação; a educação humanística é

um projeto utópico dos dominados e oprimidos”. No entanto, para o autor, “ambas implicam uma ação do povo em uma realidade social – a primeira, no sentido de preservar o *status quo*, a segunda, em uma transformação radical do mundo do opressor” (*idem*: 113; tradução livre).

Assim, um dos principais objetivos educacionais do MST entre 1995 e 2005 era “recuperar” as pessoas que (sobre)viviam sob aquelas condições como seres humanos e como cidadãos. Para o Movimento, educar significa humanizar, cultivar o aprendizado de ser humano. Com efeito, para as pessoas que dele participam, o MST, em sentido pedagógico, torna-se “uma ferramenta para reaprender a ser humano” (CALDART, 2003a). Tal visão da educação oferece um contraste distinto à visão neoliberal dominante que concebe a educação apenas como preparação para competir no mercado.

Considerações finais

Como mencionado anteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil levou muito a sério a sugestão de Freire de que as pessoas deveriam “reinventar” suas ideias em vez de simplesmente segui-las. Este artigo procurou mostrar que essa “reinvenção” do pensamento de Freire foi realmente possível, no Brasil, por meio das lutas do MST por justiça social.

É inegável que a obra de Paulo Freire influenciou fortemente a pedagogia do MST. No entanto, esse movimento social se constituiu como *sujeito pedagógico* e, consequentemente, permitiu um processo de releitura dos conceitos-chave de Freire, não apenas reafirmando alguns desses conceitos, como, por exemplo, o de humanização/ desumanização, práxis e diálogo/antidialogicidade, mas indo além de alguns deles, como, por exemplo, o de conscientização, libertação e processo revolucionário.

Recebido em 18/08/2020. Aprovado em 25/08/2020.

Notas

- 1 Antes desta, o golpe militar de 31 de março de 1964 interrompeu outra tentativa de se construir uma experiência verdadeiramente democrática no Brasil: o governo de João Goulart.
- 2 Disponível na página eletrônica www.tse.jus.br
- 3 Segundo FREIRE (1987: 11), o “diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso na decisão de colaborar na construção do mundo comum”.

- 4 Muitas informações que compartilho neste artigo se baseiam fortemente nos trabalhos da educadora do MST, Roseli Salete Caldart. Além disso, muitos outros artigos, livros, folhetos e outros documentos que colecionei durante a minha pesquisa de doutorado (2000-2004) me forneceram as orientações para escrever este texto. Todas as afirmações que faço, neste artigo, sobre o Movimento Sem Terra e, mais especificamente, sobre o projeto educacional dele, referem-se ao período contemplado na investigação acadêmica que desenvolvi durante o meu doutoramento: de 1995 a 2005. É provável que muitas dessas afirmações continuem valendo para a realidade atual do MST, porém, infelizmente, eu não acompanhei, na condição de pesquisador, a evolução dessas discussões no Movimento depois daquele período.
- 5 O MST foi fundado durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel, no estado do Paraná, em janeiro de 1984.
- 6 Conscientes do papel que a língua pode ter na reprodução de discriminações de gênero, adotaremos, ao longo deste artigo, um padrão diferente daquele usado na “norma culta” que adota o masculino como norma. Todas as vezes que nos referirmos aos profissionais da educação básica e a outros grupos em que as mulheres são nitidamente a maioria, partiremos do feminino e faremos a diferenciação do masculino: educadoras/es; professoras/es etc.
- 7 Paulo Freire foi criticado por ter adotado uma linguagem sexista em suas primeiras publicações. Ele reconheceu que, quando escreveu a *Pedagogia do Oprimido*, ele “estava mais preocupado com os oprimidos enquanto classe social” (FREIRE, 2001: 62).
- 8 O/A leitor/a deste artigo pode ter estranhado o uso da expressão “tradução livre” para a citação de um autor brasileiro cuja obra foi escrita originalmente em português do Brasil. Como este artigo baseia-se em parte da minha pesquisa de doutorado, desenvolvida entre 2000 a 2004, nos Estados Unidos, eu utilizei, para a escrita da tese e do *paper* que deu origem a este texto, publicações de Paulo Freire em inglês. Sempre que possível, para a escrita deste artigo, eu busquei as citações correspondentes originais em português do Brasil. Porém, isto nem sempre foi possível. E, por isso, eu peço desculpas ao/à leitor/a deste texto.
- 9 Apesar de originalmente o MST ter usado a expressão “educação para transformação social” como um dos princípios educacionais do Movimento, definidos e utilizados entre 1995 e 2005, eu acredito, para ser mais coerente com a práxis dos Sem Terra, que a expressão “educação *por meio* da transformação social” se encaixaria melhor na experiência desse movimento social porque, segundo a lógica do MST, primeiro transforma-se a realidade social dos sujeitos “sem-terra” e estes, ao participarem dessa transformação, educam-se no processo (ver DINIZ-PEREIRA e SOARES, 2019).
- 10 Marques (2008: 66), fundamentada nas ideias de Chantall Mouffe e Ernesto Laclau, esclarece que a “materialização do projeto de democracia radical [...] se basearia na articulação entre várias lutas democráticas, resultando na criação de novas posições de sujeitos. Nesse sentido, para que se institua a vivência democrática, é necessário que se estabeleça um novo senso comum, que transforme a identidade dos diferentes grupos, de forma que as exigências de cada um possam ser articuladas às dos outros”.

Referências

- BALES, K. **Disposable People**: New slavery in the Global Economy. Berkley: University of California Press, 1999.
- BELTRAME, S. A. B. **MST, professores e professoras**: Sujeitos em movimento. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CALDART, R. S. **Educação em movimento**: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- CALDART, R. S. Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2003a.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003b.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. **How the Dreamers are Born: Struggles for Social Justice and the Identity Construction of Activist Educators in Brazil**. New York: Peter Lang, 2013.
- DINIZ-PEREIRA, J. E.; SOARES, L. J. G. Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e217314, p. 1-23, 2019.
- FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **The Politics of Education: Culture, Power and Liberation**. Westport/London: Bergin & Garvey, 1985.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- HARNECKER, M. **Landless People – Building a Social Movement**. Havana: Research Center Latin-American People's Memory (MEPLA), 2002.
- MARQUES, L. R. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação em Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MENEZES NETO, A. J. Os princípios unitários na escola técnica do MST. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 82-95, jan./jun. 2003.